



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 22 :: MARÇO :: 2013

Promotores mobilizados contra PEC 37

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

Promotores de justiça e procuradores de Sergipe estão mobilizados contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que acaba com as investigações criminais realizadas pelo Ministério Público e outros órgãos.

Na avaliação do Ministério Público de Sergipe, impedir que o promotor de justiça investigue é um contrassenso, considerando que a averiguação dos fatos é uma peça fundamental para se fazer justiça.

Uma série de eventos paralelos contra a Emenda Constitucional está sendo realizada em todo país. Uma mobilização de apoio contra a PEC 37 já está sendo programada pelo órgão no dia 15 de abril.

"Estamos convocando toda a sociedade para este debate. Não aceitamos a mudança constitucional que venha a prejudicar a instituição e, principalmente, toda a população. É um retrocesso", destaca o secretário-geral do Ministério Público de Sergipe, José Rony Silva Almeida.

Rony Almeida esclarece que a Constituição de 1988 concedeu prerrogativas ao Ministério Público, como o poder investigatório, o que possibilitou a aproximação do órgão com outras instâncias do poder público e instituições que operam o direito.

"Somos parceiros da polícia, dos órgãos executores de políticas públicas. Como instituição independente e au-

tônoma, o Ministério Público realiza investigações mais relevantes quando há dificuldades da polícia. Outro fato importante é que de 1988 para cá, o Ministério Público tem colaborado com a sociedade em todas as questões do país, na defesa de direitos difusos, na questão do trânsito, proteção ao meio ambiente, do idoso. Se perdermos este poder de investigação, na verdade quem vai perder é a sociedade. Então é de suma importância que a população compreenda que estas prerrogativas que são atribuídas ao Ministério Público existem para proteger a sociedade, sendo necessárias principalmente em um país com tantas diferenças sociais", observa.

Rony Almeida ressaltou que o trabalho do Ministério Público tem o compromisso com a coletividade e que a proibição é uma forma de acabar com o órgão, lembrando que as intervenções feitas pela instituição cumprem papel essencial na garantia de direitos da população, ajudando a resolver problemas como a oferta de serviços e contribuindo para assegurar a cidadania e democracia.

No dia 11 de abril, a campanha terá ato público no Congresso Nacional, em Brasília. Além da sensibilização da população, Ministérios Públicos de todo o Brasil têm mantido contato com os parlamentares no sentido de mostrar a gravidade do que representa a PEC 37. A PEC é de autoria do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA) e tramita na Câmara dos Deputados.